

Algumas considerações sobre a escola de hoje: a indisciplina como processo educativo docente.

Sandra A. Riscal -UFSCar

Um importante aspecto da política educacional que vem sendo aplicada no Brasil nos últimos 20 anos, desde a promulgação da já não tão nova LDB (Lei 9.394), é que se confundiu acesso a escola com garantia de acesso a educação. Não há como negar que de fato elevou-se a escolarização no país e estamos atingindo quase 100% do acesso à escola. Isso não significou de forma alguma que tenhamos eliminado o analfabetismo. Assim como tampouco a adoção de estratégias como a progressão continuada solucionou o problema do fracasso escolar. É interessante notar-se que não ocorreu, entretanto qualquer mudança nos discursos que identifica o acesso a escola com educação. E mesmo entre os intelectuais da educação, poucas mudanças se pode encontrar entre o discurso de cerca de 18 anos atrás e aquele que se encontra hoje em artigos, livros e congressos. Os objetos de estudo são essencialmente os mesmos.

O discurso governamental, a esquerda e a direita, se essa categorização ainda fizer sentido para alguém, permanece o mesmo – elevar e garantir o acesso a escola. Em nome desse princípio foram levadas adiante políticas que primaram muito mais pelo cálculo que permitiria elevar o número de alunos nas escolas, em nome de uma eficiência ou tanto capenga, porque se esqueceu ao longo do percurso um outro fator importante, lembrado já naquela época por Jamil Cury (<http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/jamilcury.pdf>) e que embora mantido na letra dos programas governamentais, pouco influenciaram nas políticas efetivamente encaminhadas. A elevação da quantidade de alunos nas redes e sistemas educativos foi delirantemente incentivado. Já a permanência ficou ainda apenas como déficit, permaneceu um número nas estatísticas.

O delírio da eficiência é potencializado por uma esquizofrênica busca de elevação dos indicadores. A educação se tornou um exercício constante de elevação de índices de aproveitamento escolar. Uma espécie de fetiche dos indicadores se propagou por todos os lados e na escola os professores perdem mais tempo calculando os indicadores em um desenfreado preenchimento de planilhas do que com a sua ocupação precípua, garantir uma educação de qualidade.

Como se sabe o conceito de qualidade é muito flexível e no caso das políticas públicas para a

educação tornou-se sinônimo elevação do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)

Um problema até certo ponto simples, do ponto de vista de qualquer espectador é o fato de que a atual política educacional fracassou porque não conseguiu eliminar aquilo que se convencionou chamar de fracasso escolar. É claro que ao se tocar neste assunto, sempre são apontados os vilões de sempre: os professores, os alunos e até a forma como a escola é administrada (ou sua gestão no vocabulário atual). Tudo se passa como se os diretores de escola, os professores e os alunos insistissem em contrariar as boas intenções dos governantes, em uma rebelião coletiva que pode ser identificada na indisciplina dos alunos, na melancólica indiferença dos professores e na ausência de visão democrática dos diretores.

Nos discursos de muitos professores a escola se apresenta paralisada, em uma espécie de cataplexia coletiva e como no poema de Drummond, veem-se diante de uma pedra que não conseguem ultrapassar. Obstáculos epistemológicos a parte, uma dissonância entre autores da política educacional, professores, alunos e por que não dizer também, dos pais, eleva a sensação de que não se está indo para lugar nenhum.

Esta, aliás, parece ser a opinião de boa parte dos alunos que não conseguem encontrar na escola nenhuma finalidade para suas vidas. Não veem na escola uma via de acesso para uma vida melhor ou para um futuro bom emprego. Ao contrário, a escola parece confirmar que ela é o caminho mais difícil e que é necessária muita disciplina e paciência para se chegar a algum lugar. Não é necessário que se lembre que em muitas regiões de periferia a escola compete com um agente muito mais sedutor, que garante ganhos rápidos e elevados – as drogas. E, é necessário que se reconheça, o antigo discurso moralista que contrapõe o bem (a escola) ao mal (a droga), vem perdendo terreno. Afinal os valores propagados na escola são muito pouco vinculados à vida e cotidiano do aluno, que antes de ser aluno, vive em uma comunidade que tem suas próprias regras e vias de ascensão social. Esse mundo, em geral, nada tem em comum com aquele propagado pela escola e o futuro que a escola aponta como desejável não consegue convencer nem mesmo os professores que frequentemente afirmam que se pudessem mudariam de profissão.

É de fato interessante se observar como não só os agentes governamentais, como também os meios de comunicação, apontam a educação como um dos mais importantes aspectos a serem melhorados na vida brasileira. Entretanto, esse tão importante tema tem

entre seus profissionais os mais mal remunerados do país.

O futuro apresentado pela escola é, de fato, inglório, e seus principais agentes, os professores são bastardos, porque, afinal, ninguém assume a tarefa de bem cuidar e bem remunerar estes importantes seres. Basta que se diga que em boa parte do país o salário do professor não permitiria o pagamento das mensalidades de uma boa faculdade, e como o ingresso nas universidades públicas ainda é para uma minoria, pode-se concluir que trata-se de uma profissão que não paga nem a sua própria formação. Não é por outro motivo que muitos dos profissionais formados para seguirem a carreira docente voltam-se para outras atividades com melhor remuneração. Malgrado o baixo salário e as pesquisas que tem apontado a frequência alarmante de adoecimento e estresse de docentes, ainda são muitos aqueles que permanecem na condição de professores, até porque os professores são persistentes em sua crença que um dia o panorama social possa mudar e por isso permanecem esperando que algum governante iluminado (ou esclarecido), acorde de seu sonho dogmático para salvar a educação nacional.

Mais intrigante é a persistência dos alunos. Isso mesmo, porque eles insistem em ir para a escola, mesmo sem saber porque. Desde que se convencionou que lugar de criança é na escola, esta instituição virou uma obrigatoriedade fisiológica. Isto porque se identificou as etapas do crescimento biológico com a escolarização. E por isso quando se pergunta a um aluno qual é a sua idade e qual a série que está cursando, esperamos uma correspondência unívoca entre idade/série, sob pena de ser o aluno marginalizado e considerado social e intelectualmente inapto. Assim, ir à escola tornou-se uma obrigação não apenas social, mas física e biológica, porque o corpo que vai à escola é julgado por sua inaptidão para o processo de disciplinamento físico e intelectual da escola.

Como os alunos não compreendem muito bem a necessidade social desse disciplinamento, eles vão à escola por que têm que ir, porque é normal que se vá a escola, sem que saibam muito bem porque e por isso recusam o treinamento disciplinar imposto aos seus corpos, porque não vêm nisso nenhum sentido.

Também os docentes não sabem muito bem porque os alunos vão à escola. Eles esperam que os alunos aceitem passivamente um processo de disciplinamento físico e intelectual ao qual eles próprios foram submetidos, e que foi normalizado geração após geração.

Em primeiro lugar, se vai à escola para ficar quieto. E agora, sem os instrumentos tradicionais que disciplinavam os corpos por meio de instrumentos de repressão, espera-se que os alunos se aquietem, pelo simples fato de que estar na escola é importante. As antigas estratégias pastorais, que domesticavam os corpos tornando-os dóceis encontram um obstáculo nos alunos que afirmam constantemente, em suas ações, seu desejo de não serem domesticados. Espera-se que os alunos resignem-se e se submetam ao mesmo processo de ascese pelo qual os docentes passaram. Ascese porque em nome de um futuro, de um bom emprego e salário, os professores aprenderam a recalcar seus desejos e hoje, resignados, vêm o comportamento dos alunos com ressentimento, porque afinal, eles próprios tiveram que se submeter ao controle e disciplinamento escolar.

Neste jogo de mocinhos e bandidos, os papéis constantemente se invertem: para os professores os alunos são seres demoníacos que insistem em não se converterem aos mandamentos da boa disciplina escolar; para os alunos os professores são a autoridade a ser desafiada, que insiste em lhes impor um papel submisso e que por isso devem ser sempre lembrados que não são seus senhores e que eles não são seus escravos.

Faltam aqui, entre docentes e discentes, as bases para o estabelecimento de uma relação de convívio. Essa relação, que um dia já fundada no respeito e admiração do aluno pelo professor, não tem mais como se constituir, uma vez que o professor foi destituído de qualquer forma de reconhecimento e distinção social. E mesmo a ideia comum entre os docentes, para quem o respeito é fundado na competência do professor, já não encontra respaldo entre os alunos, porque entre as duas partes não se partilha um discurso comum que permita que se estabeleça as bases para o respeito mútuo. Difícil é, nestas condições, se estabelecer um espaço de diálogo, e o projeto de democratização da escola e das relações escolares, por isso, naufragou sem jamais sequer ter sido iniciado.

Games cada vez mais sofisticados, com enredos cada vez mais atraentes povoam o imaginário dos alunos com estruturas discursivas que se encontram em uma dimensão inteiramente oposta àquela que eles encontram na sala de aula. Mesmo a televisão, cinema e os demais meios de comunicação têm encontrado dificuldade em superar a concorrência imposta pela mágica ludicidade destes equipamentos. Milhões de dólares são gastos em tecnologia de ponta e na contratação de profissionais cada vez mais especializados na tarefa de conquistar e prender a

atenção de crianças e adolescentes. Como pode o professor competir com tal Golias?

É interessante que se observe que os *games* formam e informam as estruturas de pensamento das crianças e jovens e a escola, por sua vez, parece ter se dedicado à tarefa de inibir o pensar, importando mais mantê-los como prisioneiros de um modo de pensar com o qual eles não têm qualquer identificação, do que despertar o desejo de pensar.

Uma das formas de se tentar aproximar o aluno da escola tem sido o uso de novas tecnologias. O incentivo ao uso de computadores nas escolas e a criação de programas de instrução tem tentado fazer frente ao avassalador tsunami dos *games*. Falta, entretanto, a essas estratégias a ludicidade própria aos jogos, que visam única e exclusivamente a emoção. À escola interessa a razão e por isso seus instrumentos educacionais não conseguem disfarçar o fato de ser seu objetivo é instrucional não conseguindo se aproximar do interesse dos alunos.

Ao final, parece que a escola perdeu o compasso e se distanciou de forma do aluno que não sabe mais como voltar ao seu lugar. Como resultado, culpa o aluno por não se interessar mais pela escola, que deveria ser o maior interesse na vida das crianças e jovens, afinal, lugar de crianças e jovens é na escola.

Não pretendemos aqui solucionar o problema apresentado, mas apenas levantar alguns dos conflitantes aspectos da relação professor-aluno-escola. Entretanto, do que foi exposto, parece-nos que uma coisa pode ser constatada – talvez seja a forma escolar, a instituição da escola tal como se apresenta hoje, um dos problemas que se apresentam na educação hoje. Longe de ser a solução da educação, a escola pode ter se tornado o seu maior obstáculo e frequentar a escola pode hoje, não ser o mais importante espaço educacional na vida das crianças e jovens.

A imagem do aluno

Segundo a imagem tradicional difundida entre professores, gestores e demais agentes escolares, o aluno é um ser indefeso e débil, sem conhecimentos relevantes e que necessita de constante proteção e vigilância, por que não sabe cuidar de si. Essa é representação que norteia o trabalho dos agentes escolares, de um ser caracterizado pela imaturidade e que define o aluno por meio de uma negatividade, por sua imperfeição. Crianças e jovens devem ir à escola porque ainda não é um adulto e na escola ele deverá aprender a ser um sujeito completo, socialmente aceito. A escola constitui-se, então, como o lugar que

supre essa ausência, que o completa como sujeito, tornando-o uma pessoa apta a viver em sociedade. A escola é, assim, estabelecida socialmente como o local privilegiado para a constituição do sujeito social. Essa tarefa se realiza por meio de um processo de subjetivação que corresponde à internalização de práticas de vida onde se aprende como ser e estar no mundo.

Tudo se passa como o aluno entrasse na escola sem qualquer experiência de vida ou se como se essas experiências de nada valessem diante do valor social daquelas que virá a aprender. O aluno deve, assim, ser inserido em um mundo pronto, um mundo adulto constituído por normas explícitas ou não explícitas, por leis que devem ser respeitadas mas acima de tudo por comportamentos que devem ser constituídos por meio das práticas sociais que estabelecem o que e como fazer, o que e como pensar, o que e como agir. Esse processo de subjetivação constitui a principal tarefa da escola, que mais do que transmitir conteúdos, formam estruturas de comportamento mentais e sociais. A subjetivação é um processo, isto significa que nunca está acabada, mas se realiza continuamente, não apenas nas lições escolares, mas na internalização de modos de ser e agir.

Em nossa sociedade a instituição escolar é espaço fundamental da produção da subjetividade, que define o sujeito, seja por meio das relações de poder entre professores e alunos, seja na forma pela qual concebe a aprendizagem e transmite o saber.

Os tempos escolares

Nesta escola o papel da coordenação pedagógica se realiza por meio da organização do espaço e dos tempos escolares, em busca da formação não apenas de sujeitos eficientes, mas de sujeitos que acreditem que a eficiência é a melhor forma de organizar os tempos de sua vida. A internalização do sentido de eficiência é um dos aspectos presentes no processo de subjetivação escolar por meio da incorporação de uma estratificação e fragmentação do tempo. O tempo deve ser administrado, o aluno deve incorporar (isto é disciplinar, internalizado em seu corpo) a divisão do tempo, de forma a aproveitá-lo melhor.

Aprender a não perder tempo por meio de técnicas de eficiência é essencial para a sua inserção no sistema produtivo, como trabalhador que deverá ser quando adulto. Para a sujeição às condições de existência na sociedade capitalista aprender a adaptar-se ao tempo

de trabalho é um aspecto fundamental. Assim, é tornada natural, como se não fosse possível ser de outra forma, a divisão do dia em horas adequadas para cada tarefa. Na divisão do há o horário para acordar, aprende-se que há horários próprios para se comer, para ir ao banheiro, para brincar, para as tarefas escolares e para dormir. A aula é dividida em antes e depois do recreio e as tarefas são monotonamente reguladas e previstas para cada momento da aula. O aluno aprende, assim, a abrir mão do desejo constante e impulsivo de sempre brincar, regulando suas pulsões para adequá-las à monotonia das tarefas repetitivas. Há também a distribuição das tarefas para cada dia da semana e o dia do descanso. Há os dias de as avaliações nos meses e os feriados e comemorações dividem o ano. As festas de final de ano marcam o fim de um ciclo escolar que se repete anualmente.

Um aluno típico, de acordo com a atual política educacional, deve passar cerca de doze anos de sua vida em uma instituição escolar. Se tiver frequentado escolas de educação infantil, pode ter vivido cerca de dezesseis anos na escola. Se cursar o ensino superior, mais quatro anos, totalizando vinte anos. Como a expectativa de vida no Brasil é atualmente de cerca de setenta e cinco anos, pode-se concluir que uma pessoa passa quase um terço de sua vida em instituições escolares. É muito tempo para se viver em um local que em geral é classificado como ineficiente.

O tempo escolar é o tempo que marca o transcorrer na condição de minoridade para a maioridade. As séries estabelecem e hierarquizam o tempo do saber do menor para o saber da maioridade, que se espera seja racional, isto é perfeitamente adaptada às condições de eficiência exigidas socialmente, normatizada e disciplinada, isto é perfeitamente submissa às normas e leis sociais. O tempo escolar é o registro e medida pelo do próprio processo de subjetivação e sujeição às estruturas sociais que ao se completar marca a maioridade. Todas as atividades são controladas temporalmente e o resultado disso é a passagem do mundo infantil para o adulto.

O que se faz aqui é um aprendizado de autocontrole, isto é controle do corpo e do melhor desempenho do corpo, maximizar suas ações para realização da ação prevista em um menor tempo. A eficiência e a administração do tempo são as formas mais elementares de subjetivação.

Na escola se aprende a administração do espaço, a escola distribui os indivíduos no espaço, subjetivando

técnicas de organização e hierarquia. O lugar estabelecido para cada um indica passagens a representar valores sociais e promovem a obediência dos indivíduos e o respeito à hierarquia e ao lugar ocupado por cada um. O local ocupado é a marca do poder social.

Na escola se aprende a gestão dos movimentos, estabelecida pelo controle dos gestos e das ações, desde o controle do lápis, da letra bem traçada, da higiene, do caderno limpo sem borrões. As letras harmonicamente dispostas e do mesmo tamanho, as divisões das matérias e sua distribuição no tempo escolar constituem a subjetivação da regularidade.

O movimento desenfreado, caótico, confuso e incontido deve ser disciplinado. A vontade desregrada da infância constitui um inútil gasto de energia improdutivo, própria da imaturidade infantil, que deve ser submetida a uma minuciosa e detalhada ação de controle que transforma a perigosa sucessão de movimentos e explosão de energia vital, ensinando a torná-la útil, por meio da subjetivação do autocontrole, comedimento, contenção, equilíbrio, limitação, moderação e restrição.

A criança é submetida a um exercício contínuo de poder sobre seu corpo e sua vontade, redefinindo seus desejos. É um tipo de poder que se exerce continuamente por vigilância e punições. Provas, exames, avaliações constantes combinam as técnicas da hierarquização que vigiam e as técnicas de sanção que disciplinam. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir.

A escola produz classificações onde cada um encontra o seu lugar, não porque este é o seu lugar natural, mas porque foi produzido como um sujeito que deve ocupar esse lugar. A escola produz diferenças, distinções, desigualdades. Mas não é apenas o aluno que é hierarquizado, classificado, ordenado. Todos os membros da escola sofrem um processo de hierarquização, controle, vigilância, exercido externamente pelos órgãos normativos – ministérios, secretarias de educação, mas também interno, pelos agentes de vigilância institucionalizados.

O poder não é uma coisa que está nas mãos de uma ou mais pessoas, o poder não é um bem, é uma relação que se exerce em rede, e nessa rede todos os indivíduos circulam, sendo que qualquer um pode estar em posição de ser submetido ao poder, mas também de exercê-lo. Nessa perspectiva, não se trata

da questão de "quem tem o poder", mas de estudá-lo no ponto em que se implanta e produz seus efeitos reais.

A escola ingovernável

Historicamente a escola distinguiu aqueles que a ela tem acesso dos demais membros da sociedade, que encontram-se socialmente condenados à condição de minoridade. Aqueles que não podiam frequentar a escola são considerados excluídos da esfera social, relegados a uma vida sem futuro, porque na sociedade capitalista, saber é poder. Mas ela separava também, internamente, os que nela estão, por meio de um sem número de dispositivos de exclusão, classificação, ordenamento, hierarquização. Produz, assim aqueles que não estão aptos à atingir a maioria social, são fracassados, doravante relegados à condição de exclusão em razão de sua inaptidão à disciplina escolar. A evasão e repetência são os registros da ingovernabilidade, da incapacidade da escola realizar o processo de subjetivação com eficiência global.

A escola, tradicionalmente assentou a sua governabilidade nos mecanismos de controle, ordenamento e classificação. Os ingovernáveis eram excluídos e relegados a condição de minoridade. Estamos agora diante da falência de um modelo de escola disciplinar.

A escola pública tornou-se escola de massa. Os esforços governamentais de implementação de políticas de progressão continuada e inclusão, aliados às políticas de universalização da educação básica ampliaram a cobertura escolar. Além disso, estratégias como bolsa família tem possibilitado que um contingente cada vez maior de crianças tenha acesso à escola. O novo ordenamento legal, estabelecidos pela constituição de 1988 que definem a educação como um direito de todos, tornaram a escolarização obrigatória, exigindo que todas crianças e jovens frequentem a escola.

Este fenômeno mudou a feição da escola e a sua configuração social. Estamos diante de um novo processo de produção de sujeitos que levou a uma alteração nas relações entre professores e alunos. A nova situação vem provocando o estranhamento de ambas as partes. Permanecem praticamente inalteradas as práticas docentes que resultam de um processo de subjetivação pautado por um modelo escolar hierarquizante, ordenado e excludente, baseado em sanções e punições. Permanecem identificados em sua

condição de docentes com valores construídos na época em que eles próprios foram educados.

As novas gerações escolares, entretanto, não têm a sua constituição como sujeitos sociais apenas no espaço escolar. A condição de membro de outros grupos sociais antecede, como elemento de constituição de identidade subjetiva, às relações escolares, que agora têm pouco a oferecer em termos de processo de subjetivação. O tempo escolar, que antes dominava a vida infantil e juvenil e permitia, assim, a docilização dos corpos e o aprendizado do controle do tempo, foi reduzido a apenas uma parcela do dia, que passa a ser vivido por meio de práticas que ao invés de inibir, acabam por reforçar o incontido movimento da vontade desregrada. A escola nada diz a esses alunos cuja vida, fora da escola, é rica e prazerosa. O pouco tempo passado na escola é entediante se comparado ao mundo dos games e programas televisivos. Além disso, não há mais instrumentos de repressão disponíveis que garantam a disciplina escolar.

O discurso docente sobre a rebeldia, violência ou ingovernabilidade do aluno é o discurso do poder disciplinar que busca a manutenção da ordem em que ele, professor, foi sujeitado. É o discurso da resistência docente diante de uma mudança para a qual ele não foi preparado. O espanto diante da nova geração é acompanhado do sentimento de impotência, insegurança e culpa porque o único diagnóstico que é capaz de fazer é o de sua incapacidade em exercer o poder disciplinador e ordenador para o qual julgava preparado.

A rápida transformação social pela qual passou a instituição escolar tem três elementos estruturais, diferentes forças que provocam uma tensão cada vez maior sobre as relações escolares:

- a) De um lado uma concepção de gestão cada vez mais dependente da organização, hierarquização e impessoalidade, representado pelo controle cada vez mais intenso exercido pelos agentes governamentais externos (Secretarias, ministérios delegacias de ensino), que pretendem medir e controlar a eficiência escolar por meio de constantes avaliações e produção de indicadores, diagnósticos, planejamento etc;
- b) As concepções tradicionais de docentes e gestores que ao se verem impedidos de usar a forma de disciplina e sanções tradicionais

adotam uma atitude passiva e de auto-vitimização;

- c) A resistência dos alunos aos processos disciplinadores que não mais conseguem atuar como constituidores de subjetividades.

Sob a pressão desses três fatores, diretor, coordenador pedagógico e docentes são levados a buscar resultados cada vez mais eficientes pelos órgãos externos, sem que disponham de estratégias e recursos para enfrentar as novas condições sociais que trouxeram para a escola um público para o qual eles não foram formados para educar.

Assim, a indisciplina e violência escolar não teriam como origem o aluno indisciplinado e violento, mas a incapacidade de adaptação da escola à nova realidade escolar. Seria, assim, na resistência da tradicional estrutura escolar que devemos procurar as causas das tensões escolares na incapacidade do aluno adaptar-se à escola, mas na incapacidade da escola adaptar-se ao novo aluno. A exigência de resultados imediatos aliada a ausência de mecanismos eficazes de gestão das novas formas de existência social representadas pelo novo perfil do corpo discente são o maior problema a ser enfrentado pelos agentes escolares. A indisciplina e violência seriam, então, um sintoma de injunção da escola idealizada e gerida para um determinado tipo de sujeito que é frequentada por outro tipo de sujeito (Aquino, 2006).

Segundo Aquino (2006) a atual crise disciplinar teria relação direta com a entrada na escola dos sujeitos sociais que os processos de disciplinamento tinham justamente a função de excluir. Ao invés de produzir a maioria a escola é tomada pelos menores e ingovernáveis, resistentes ao processo de disciplinamento. Há uma descaracterização das práticas escolares, que até hoje se ressentem com esses alunos pobres. Segundo Aquino (2006), é uma espécie de indigestão da democratização escolar que ainda não foi equacionada.

Como observa Aquino (2006), hoje, os problemas que se enfrentam hoje na escola eram há cinquenta anos atrás solucionados com o disciplinamento corporal e psicológico. Era permitido ao docente bater, xingar, segregar, punir e excluir. Não são poucos os professores que lamentam não poder mais usar esses recursos. A nova regulamentação dos direitos da criança e adolescentes que classificou essas práticas como criminosas e passíveis de punição retirou das mãos dos professores seu principal instrumento de

coerção. O medo e a submissão correspondente não podem mais ser usados como estratégias de disciplinamento e subjetivação e eles são obrigados a encarar os alunos como sujeitos avessos ao disciplinamento. Além disso, com o processo de democratização e universalização da escola, os conflitos passaram para uma escala diferente, justamente porque aumentou assombrosamente o número de matrículas. A escola foi tomada e obrigada a abrigar precisamente aqueles a quem as antigas práticas escolares tinham como objetivo excluir. Daí a sensação de impotência e o discurso da violência na escola revela a tensão, o pânico e o desconforto em atender os alunos que os docentes julgavam não pertencerem ao espaço escolar tal como eles o concebiam.

Esta situação oculta outro ponto de resistência social. Também os cursos de pedagogia e de formação de professores tem demonstrado uma espantosa inercia diante do problema enfrentado pelos docentes e, quando se ocupa do assunto, é tratado em termos de deficiências sociais, psíquicas ou intelectuais dos alunos. A resistência e até mesmo o preconceito diante do problema tem dificultado a experimentação e propagação de práticas renovadas constituídas a partir da nova realidade.

As soluções adotadas revelam mais o abandono do que a busca de uma solução. Como observa Aquino (2006), nas escolas particulares a ordem permanece tradicional, hierárquica e disciplinar e a persistência rebelde do aluno tem como resposta da instituição a recusa da matrícula, uma contravenção que segue a lógica elitista pré-democratização. Na rede pública, a solução mais comum é a transferência do aluno para outra escola. Em ambos os casos o que ocorre é uma espécie de desincumbência do problema. A constituição de uma ordem democrática na escola como objetivo o governo de todos. Mas como possibilitar esse governo se docentes e autoridades escolares recusam-se a reconhecer os alunos (e também seus pais) como sujeitos sociais maiores e capazes de interferir de forma competente nos desígnios da escola? Como observou Aquino (2006) a estrutura e o funcionamento escolar tal como foram constituídos tradicionalmente espelhavam o quartel, e o professor, um superior hierárquico com poder de sanção quer por meio de castigos físicos zelava pelo resultado desejado a nota e a disciplina. Uma espécie de militarização difusa parecia, assim, definir as relações institucionais como um todo. Como constatou Aquino (2006) com a crescente democratização do

país e a implementação de políticas de democratização da sociedade e da escola ocorreu um processo de desmilitarização das relações sociais e das estruturas escolares. O enfrentamento da nova condição social da escola exige em primeiro lugar um difícil exercício de ruptura com as concepções tradicionais. Mais do que isso, pressupõe uma tarefa muito mais difícil, a reformulação das práticas docentes subjetivadas segundo os antigos padrões hierarquizantes e disciplinares. São exigidas novas estratégias de ação, mas para isso os docentes devem transformar a sua percepção dos alunos (e pais) como imaturos, menores e incapazes sociais. O comportamento do aluno atual denota uma incompatibilidade entre as representações que os docentes têm dos alunos e as representações que os alunos têm de si. A dificuldade em mudar essa representação é o maior obstáculo para a democratização das práticas escolares. A manutenção dessas representações tem amplificado a agressividade e rebeldia, apatia, indiferença, desrespeito e falta de limites dos alunos, porque eles não as reconhecem como práticas de respeito mas de agressão.

As relações tornam-se, assim, cada vez mais desagregadoras impedindo a realização das tarefas escolares. A situação torna imperativa a tarefa que reavaliação das estratégias docentes e a adoção de práticas não hierarquizantes e disciplinadoras. Como observa Aquino (2006), as novas condições do ofício docente exigem a abertura e disposição para a negociação constante quer em relação às estratégias de ensino e avaliação, quer com relação aos objetivos e até mesmo aos conteúdos preconizados. A nova forma de governo das escolas pressupõe uma nova forma de autogoverno, onde os agentes se confrontam como iguais, com respeito às suas diferenças. A gestão democrática, a forma de governo preconizada para as escolas, exige uma flexibilização das formas de exercício de poder institucionais e das formas de relação entre os agentes escolares.

Isto significa abrir mão de uma forma única e segura de conteúdo e ensino hierarquizante e disciplinar. A cultura do aluno deve ser reconhecida como legítima, analisada e compreendida e incorporada ao currículo. Esse é o primeiro passo para a redução de tensões porque permite uma nova relação de tempo e espaço entre a escola e os espaços familiares e sociais reconhecidos pelo aluno. O problema agora é levar o docente, formado nas estruturas tradicionais a retomar o aprendizado de formas e práticas sociais que por

toda a sua vida considerou exatamente como aquela que deveria ser eliminada da escola

Para Aquino (2006) é preciso reinventar continuamente os conteúdos, as metodologias, a relação entre professores e alunos. É preciso inventar novos processos de intervenção pedagógica baseados no respeito e diálogo. Trata-se de negociar um novo vínculo, uma nova relação entre professores e alunos que não passe repressão, porque toda as formas de repressão serão compreendidas pelos alunos como violência e reagirão a ela da mesma forma.

Uma das formas de enfrentar essa difícil situação é levar o professor a compreender as diferentes percepções que estão presentes na esfera escolar. Aprender a ver o mundo do ponto de vista do aluno, a aceitação do aluno como o seu outro, seu igual, é o primeiro passo para uma mudança estrutural nas práticas escolares. Além disso é importante que o professor compreenda que não é apenas ele que se encontra frustrado. Também o aluno encara a escola com frustração porque ela não se apresenta, aos seus olhos, como um espaço que o aceita, mas como um local que o considera como um menor sem cultura e que pretende muda-lo, porque não reconhece sua trajetória social como legítima.

É importante que os docentes reconheçam os processos variados de amadurecimento por onde transitam os alunos e os diferentes espaços onde ocorrem seus processos de subjetivação. Ouvir o aluno, não apenas abrindo espaço para que fale, mas atentando-se para as características de sua cultura é um dos mais importantes instrumentos de que o professor dispõe. Ao mesmo tempo, o envolvimento da escola em projetos sociais da comunidade, onde a escola se localiza, pode trazer novos elementos para a compreensão da cultura dos alunos. Acima de tudo, os professores devem estar dispostos a mudar, a ver a escola e os alunos de uma forma diferente, mas, para isso, eles devem abandonar o sonho de uma escola disciplinada e hierarquizada.

Referencias:

AQUINO, J.G. A desordem na relação professor-aluno: Indisciplina, moralidade e conhecimento.in:AQUINO, J. G. (org.). **Indisciplina na Escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1996